



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DO TESOURO



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE
REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DO
DISTRITO FEDERAL
OITAVA REVISÃO
ANO 2008**

Brasília, abril de 2009.

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE
AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - OITAVA REVISÃO - ANO 2008**

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Governador do Distrito Federal

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Fazenda

JOSÉ CARLOS RICCIOPPO

Subsecretário do Tesouro

Elaboração

CLÁUDIA AZEVEDO CÔRTEZ

Chefe do Núcleo de Acompanhamento
do Programa de Ajuste Fiscal

MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS

Gerente da Dívida Pública e Ajuste Fiscal

ADÃO NUNES DA SILVA

Diretor Geral de Dívidas, Avais e Haveres

Colaboração Técnica da Equipe:

Subsecretaria da Receita/SEF

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| 1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2008 | 4 |
| 2 - EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2008 | 11 |
| 2.1 - Meta nº 1 - Relação Dívida Consolidada/Receita Líquida Real | 11 |
| 2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário | 12 |
| 2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal | 14 |
| 2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias | 16 |
| 2.5 - Meta nº 5 - Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos | 22 |
| 2.6 - Meta nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real | 24 |
| 3 - PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2009 A 2011 | 26 |
| CONCLUSÃO | 37 |

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados alcançados pelo Governo do Distrito Federal – GDF no exercício de 2008, nos termos propostos pela oitava revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF, firmado entre o GDF e a União.

O relatório analisa a execução orçamentária e financeira do GDF em 2008, considerando-se todas as fontes de recursos orçamentárias, com base nos demonstrativos contábeis e financeiros consolidados que compõem o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e traz uma síntese geral da performance fiscal do Distrito Federal em relação às metas que foram estabelecidas no Programa para aquele ano, bem como em comparação a exercícios anteriores.

Por último, propõe e apresenta as perspectivas fiscais para o período de 2009-2011 e manifestação sobre a conveniência e oportunidade de se proceder à revisão do Programa em 2009, consoante o caráter rotativo do Programa.

1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2008

O Governo do Distrito Federal, já no início do seu segundo ano de gestão, promoveu ações significativas de contenção de despesas por meio de vários Decretos¹, dando continuidade à superação dos desafios iniciada no primeiro ano. As medidas de contenção de gastos, previstas nos Decretos, estabeleciam a redução de despesas com pessoal, com a máquina administrativa e proibição de novos compromissos financeiros no orçamento local. Foram definidas cotas para combustível de veículos oficiais, limites de gastos com telefonia celular, meta de economia de 10% do consumo de energia elétrica, proibição de novos contratos e ampliação do número de postos de vigilância, limpeza e conservação, extinção da indenização de transportes a servidores em deslocamento eventual, regras mais rígidas para licença de estudos, unificação da perícia médica para autorização de licenças de servidores em tratamento de saúde, controle de frequência mais rigoroso, vedações para nomeações, concessão de horas extras, realização de concursos públicos e reajustes salariais.

As medidas de contenção foram estabelecidas pelo Governo visando além da estimativa de economia de R\$ 200 milhões em despesas de pessoal e custeio da máquina administrativa evitar o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que significaria impossibilidade de firmar novos contratos e captar financiamentos. Tais medidas resultaram em evolução positiva de suas contas públicas.

Em dois anos de governo, os gastos com outras despesas correntes apresentaram baixo crescimento real, com variação negativa de 12,2% no primeiro ano e 3,5% no segundo ano. Os processos de compras, que abrangem os procedimentos licitatórios de diversas modalidades e os de dispensa e inexigibilidade de licitação para contratação de fornecimentos e serviços no âmbito da administração direta e indireta do

¹ Decreto nº 29.015, dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação nos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF; Decreto nº 29.016 – proíbe a concessão de Indenização de Transporte; decreto nº 29.017 – dispõe sobre o afastamento para estudo de servidor e empregado da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF; Decreto nº 29.018 – dispõe sobre o horário de funcionamento dos órgãos; Decreto nº 29.019 – estabelece medidas com vistas à contenção de despesas de pessoal no exercício de 2008; Decreto nº 29.020 – estabelece limites de padrão de gastos e procedimentos para redução das despesas operacionais dos órgãos; e Decreto nº 29.021 – cria a Coordenadoria de Acompanhamento de Procedimentos Médico-Periciais e de Saúde Ocupacional, todos do dia 02/05/09.

Distrito Federal, foram estimados no ano de 2008 em R\$ 2,9 bilhões e após a realização dos procedimentos de compras foram apurados R\$ 1,4 bilhões, decorrendo em uma redução de 51% sobre o valor inicialmente estimado, o que proporcionou economia de R\$ 1,5 bilhões aos cofres públicos.

Além da retenção dos custos com a máquina administrativa, o foco principal, entretanto, concentrou-se na contenção do aumento das despesas com pessoal decorrentes de reajustes salariais. A evolução maior tem refletido no transbordo de gastos nas áreas de saúde, segurança e educação mantidos pelo Fundo Constitucional do DF, para o tesouro local. Até 2007, os cofres distritais arcavam com R\$ 1,5 bilhão em salários dessas três áreas, já em 2008, por conta das melhorias salariais, esse custo pulou para R\$ 2,4 bilhões.

A Lei orçamentária aprovada para 2008 apresentou valores previstos para as receitas bem ajustados a real estimativa de despesas para o ano. A programação financeira e o cronograma de desembolsos para o exercício autorizou o montante de R\$ 10 bilhões para dotações orçamentárias previstas na LOA e suas alterações, sendo que para as Outras Despesas Correntes a meta para contenção de gastos era adotar a mesma execução do ano de 2007 (R\$ 2,76 bilhões). A partir deste critério foram definidos limites para empenho e pagamento, havendo contingenciamento naquelas onde as dotações autorizadas eram superiores aos valores ao ano anterior, tendo sido empenhados R\$ 3,2 dos R\$ 3,4 bilhões, devido à simultânea adequação às reais necessidades dos órgãos.

A projeção das Despesas de Pessoal, orçada inicialmente na LOA em R\$ 4,7 bilhões, após revisão, elevou-se ao patamar de R\$ 5,1 bilhões o que refletiu no grupo de Investimentos, com orçamento inicial de R\$ 1,9 bilhão, que devido à necessidade de atender as despesas com Pessoal e Custeio, teve uma programação limitada a R\$ 1,2 bilhões e uma execução de R\$ 1,0 bilhão no decorrer do ano.

A preocupação com a manutenção do equilíbrio fiscal, com o pagamento de juros e amortização da dívida, o monitoramento das receitas e despesas durante o exercício de 2008, decorrido das revisões realizadas na programação financeira² mediante ajuste das despesas dos órgãos do Poder Executivo à arrecadação efetivamente realizada, permitiram ao Governo distrital apresentar resultado primário positivo de R\$ 130 milhões, em conformidade com os critérios do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, equivalente a 1,3% da sua Receita Corrente Líquida (critério PAF) e de R\$ 273 milhões de acordo com a metodologia de apuração da Lei de Responsabilidade Fiscal, refletindo no cumprimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em 2008, o resultado primário superavitário superou e reverteu sobremaneira a trajetória de queda que este indicador vinha apresentando desde 2005 e que resultou no déficit de R\$ 58 milhões ao final de 2006, conforme verificado na Tabela 1.

TABELA 1 - RESULTADO PRIMÁRIO – GDF

| DISCRIMINAÇÃO | R\$ MILHÕES | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008* |
| I - RECEITA BRUTA | 6.415 | 7.445 | 8.214 | 10.017 |
| Receitas de Transferências | 1.392 | 1.704 | 1.948 | 2.506 |
| FPE | 207 | 229 | 266 | 324 |
| Outras | 1.186 | 1.475 | 1.683 | 2.182 |
| Receitas de Arrecadação Própria | 5.022 | 5.741 | 6.266 | 7.511 |
| ICMS | 2.907 | 3.290 | 3.434 | 3.940 |
| Outras | 2.116 | 2.450 | 2.832 | 3.571 |
| II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS | 0 | 0 | 0 | 0 |
| III- RECEITA LÍQUIDA (I - II) | 6.415 | 7.445 | 8.214 | 10.017 |
| IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA | 6.321 | 7.503 | 7.658 | 9.888 |
| Pessoal | 2.802 | 3.689 | 4.038 | 5.212 |
| OCC | 3.519 | 3.816 | 3.621 | 4.676 |
| Investimentos | 625 | 679 | 669 | 1.051 |
| Inversões | 140 | 124 | 82 | 126 |
| Outras Despesas Correntes | 2.754 | 3.013 | 2.869 | 3.370 |
| Reserva de Contingência | 0 | 0 | 0 | 0 |
| V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV) | 94 | (58) | 556 | 130 |

FONTE: *Dados extraídos dos Balanços, considerando no ano de 2008 todas as fontes de recursos.

² Alterações na programação financeira do Distrito Federal consignadas nos Decretos n°s 28.891, 29.274 e 29.695.

A estrutura econômica do Distrito Federal é caracterizada pelo comércio e por forte participação da prestação de serviços. Em 31/12/2008, o cadastro fiscal era composto de 45.822 pessoas jurídicas e físicas contribuintes do ICMS e 44.845 do ISS. Cinco mil novas unidades imobiliárias passaram a integrar o cadastro de imóveis da Secretaria de Fazenda, perfazendo um total de 735 mil unidades, sendo que a maior expansão foi observada para os imóveis sujeitos à alíquota de 0,30%, imóveis residenciais. Nas demais alíquotas, as maiores aplicadas, a quantidade de imóveis sofreu redução em relação a 2007. Tal situação reflete os efeitos da construção para fins residenciais.

TABELA 2 – QUANTIDADE DE IMÓVEIS POR ALÍQUOTA DE TRIBUTAÇÃO – GDF

| ANO | 0,3% | 1,0% | 3,0% | TOTAL |
|-------------|---------|---------|--------|---------|
| 2006 | 505.217 | 85.993 | 90.436 | 681.646 |
| 2007 | 527.757 | 106.738 | 95.899 | 730.394 |
| 2008 | 547.059 | 98.933 | 89.507 | 735.499 |

Fonte: SITAF.

Notas:1. Número de imóveis para os quais houve lançamento do IPTU.

2. Alíquotas 0,3% para imóveis residenciais, 1,0% para imóveis comerciais ou residenciais com alvará de construção e 3,0% para imóveis não edificados.

O número de veículos para os quais houve lançamento do IPVA em 2008 é de 761,4 mil, registrando incremento de 5,5% em relação a 2007, entretanto, inferior ao aumento de 9,7% observado entre 2006 e 2007.

TABELA 3 – QUANTIDADE DE IMÓVEIS POR ALÍQUOTA DE TRIBUTAÇÃO – GDF

| ANO | 1% | 2% | 3% | TOTAL |
|-------------|--------|--------|---------|---------|
| 2006 | 17.455 | 65.670 | 574.596 | 657.721 |
| 2007 | 18.117 | 77.652 | 625.682 | 721.451 |
| 2008 | 18.481 | 89.850 | 653.031 | 761.362 |

Fonte: SITAF.

Notas:1. Número de veículos para os quais houve lançamento do IPVA.

2. Alíquotas 1% para ônibus e caminhões, 2% para motocicletas e 3% para automóveis.

Em 2008, a receita bruta do Distrito Federal, desconsideradas as receitas do Fundo Constitucional e incluídas todas as fontes de recursos, atingiu R\$ 10 milhões, superior 7,9% a do ano anterior, consideradas todas as fontes e em termos reais com base no IGP-DI, enquanto as receitas de arrecadação própria cresceram 4% (Tabela 1). A participação do ICMS, item de maior representatividade na receita tributária, apresentou acréscimo real de 3,2% em comparação com 2007, revertendo a retração de 0,7% apresentada naquele ano.

Dentre as receitas tributárias observam-se significativas elevações do IPTU, em termos reais de 10,2%, justificado pelo reajuste da pauta de valores imobiliários em percentual superior ao INPC/IBGE, índice adotado em anos anteriores como limitador do aumento do imposto. O IPVA também apresentou desempenho real favorável da ordem de 11% em 2007, decorrente do aumento na frota de veículos e assim como em 2007, após o ICMS, o IPVA foi o tributo que proporcionou mais recursos ao Tesouro do Distrito Federal - desconsiderando o IRRF pela metodologia do Programa.

O desempenho favorável das receitas da dívida ativa e de multas e juros, de 5,5% e 14,5% em termos reais, respectivamente, além de refletir ações de cobrança administrativa, foi impactado positivamente pela terceira edição do Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública do Distrito Federal (REFAZ III) ao final de 2008, o qual procurou estimular o pagamento de débitos vencidos por meio da concessão de descontos.

Das demais receitas próprias de origem não tributárias destacam-se as Receitas Patrimoniais, com um crescimento real de 79,7%, impulsionadas principalmente pelas receitas financeiras que obtiveram ganhos de 73,5% em função de melhorias nas taxas das aplicações financeiras do governo.

Houve um aumento real de 9,7% nas receitas oriundas de transferências da União, onde se destacam o Fundo de Participação dos Estados e o Imposto de Renda Retido na Fonte. Sendo que este último apresentou crescimento de real de 12,3% em comparação ao ano de 2007.

As Receitas de Capital apresentaram elevado crescimento real de 330,5%, em virtude do ingresso de operações de crédito interna e externa contratadas pelo Governo do Distrito Federal, no montante de R\$ 150 milhões, com previsão de ingresso em 2007, mas que só ingressaram nos cofres do Tesouro distrital em 2008.

As despesas brutas cresceram 11,5% em termos reais, impulsionadas pelos gastos com pessoal e investimentos, que apresentaram um crescimento real de 13,9% e 30,3%, respectivamente, em relação às despesas efetivadas no ano de 2007, em todas as fontes de recursos. Entretanto, as despesas de pessoal mantiveram inferiores ao limite de 60% da Receita Corrente Líquida prevista no Programa, atingindo 51,98% desta última.

No decorrer do ano de 2008, houve alteração no vencimento básico das carreiras Médica, Atividades de Trânsito, Policiamento e Fiscalização de Trânsito, Assistência Pública à Saúde, Cirurgião-Dentista, Enfermeiro e Empregos Comunitários, e reestrutura da carreira Atividades Complementares de Segurança Pública, o que gerou um incremento na ordem de R\$ 69,8 milhões.

O GDF, em 2008, investiu R\$ 1 bilhão de reais em obras de infra-estrutura básica, urbanização, transporte seguro para a população, saneamento básico de água e esgoto em diversas localidades, construções de unidades de saúde, escolas, postos de segurança pública, bem como implantação de asfalto, meios-fios, enfim, urbanização principalmente, nas áreas mais carentes do Distrito Federal. Deste total, as despesas efetuadas com recursos contratados por operações de crédito apresentaram o montante de R\$ 144,7 milhões, contra R\$ 23 milhões do ano de 2007.

Ao final de 2008, o estoque da Dívida Consolidada do Distrito Federal apresentou-se em R\$ 2 bilhões, montante 20% maior que a do final de 2007, em razão do cômputo dos valores da Administração Indireta, elevação do IGP-DI no decorrer do ano e da moeda americana. Este estoque representou uma relação dívida/Receita Líquida Real - RLR anual de 0,22, muito aquém do limite máximo de uma RLR projetado no Programa, devido à regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF, bem como pela não realização das contratações programadas de operações de créditos.

Em síntese, o ajuste das contas públicas focalizado na racionalização dos gastos de custeio da administração e da frustração da execução da despesa no primeiro ano de governo com apuração de superávit financeiro de R\$ 435 milhões³, apurados principalmente em fontes de recursos do Tesouro, gerou espaço fiscal necessário para ampliar de R\$ 450 milhões para R\$ 1,057 bilhão o limite de contratação de empréstimos do GDF com instituições internacionais, bem como aumentar os investimentos de R\$ 700 milhões em 2007 para R\$ 1 bilhão, em 2008, e ainda apresentar resultado primário positivo de R\$ 130 milhões, computando-se as despesas realizadas com os recursos destes superávits financeiros.

Portanto, se os valores destas despesas forem excluídos do cômputo do resultado primário, quando da avaliação do Programa, o resultado primário do GDF passa a ser da ordem de R\$ 566 milhões, conforme abordagem detalhada contida na seção 2.2 que aborda a meta nº 2 - Resultado Primário.

³ Destaca-se a edição do Decreto nº 29.815, de 10/12/08, sobre a destinação do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2007.

2 - EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2008

2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Consolidada/Receita Líquida Real

| DÍVIDA/RLR | 2008 | |
|------------|------------|-----------|
| | PROGRAMADO | REALIZADO |
| | ≤ 1 | 0,22 |

No exercício de 2008 a relação Dívida Consolidada/Receita Líquida Real atingiu 0,22, portanto abaixo da meta do Programa, conforme mostra a tabela 4.

| DÍVIDA CONSOLIDADA – GDF | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| ITENS | R\$ MILHÕES | | | |
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008* |
| Dívida Consolidada | 1.693 | 1.724 | 1.682 | 2.030 |
| Interna | 1.356 | 1.404 | 1.348 | 1.639 |
| Externa | 337 | 320 | 334 | 391 |
| Receita Líquida Real | 5.689 | 6.786 | 7.390 | 9.034 |
| Relação Dívida Consolidada/RLR ** | 0,30 | 0,25 | 0,22 | 0,22 |

FONTE: Dados extraídos dos Balanços.

* Em 2008 os dados são consolidados (Administração Direta e Indireta).

** Esta relação está superestimada pelo fato de o seu numerador não descontar o saldo dos “Ativos Financeiros” do GDF estimados, em 31/12/08, no valor de R\$ 739 milhões.

A manutenção desse indicador decorre, além do crescimento da receita líquida real do DF, da estabilidade dos indicadores macro-econômicos e financeiros (em especial o IGP-DI, a SELIC e a taxa de câmbio), da regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF, bem como, pela não realização das contratações programadas de operações de créditos e de desembolsos de operações contratadas, que acabaram por ajudar na manutenção do valor da dívida consolidada em termos reais.

2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário

| RESULTADO PRIMÁRIO | 2008 | |
|--------------------|---------------|-----------------|
| | PROGRAMADO | REALIZADO |
| | R\$ 0 milhões | R\$ 130 milhões |

Em 2008, o Resultado Primário do Distrito Federal foi positivo em R\$ 130 milhões, superior à meta do Programa (R\$ 0 milhões) decorrendo, principalmente, do desempenho positivo das receitas próprias que superou a meta prevista no Programa em função de medidas adotadas pelo GDF para aumentar a arrecadação, de combate à sonegação e à evasão fiscal sobre as arrecadações do ICMS e ISS, dos impactos financeiros da reforma fiscal do GDF, e da execução das despesas programadas na Programação Financeira ao longo do exercício tendo como base as despesas de 2007, confirmando a trajetória de recuperação iniciada em 2007.⁴

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO - GDF

Em milhões

| Ano | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| RP | 65 | 201 | 154 | 89 | 131 | 94 | -58 | 556 | 130 |

FONTE: Diretoria- Geral de Dívidas, Avais e Haveres/Subsecretaria do Tesouro/SEF.

Analisando de forma mais detalhada o resultado apresentado, observa-se da Tabela 5 pela primeira vez desde a assinatura do Programa que, no ano de 2008, os juros líquidos apresentaram-se negativos em R\$ 72 milhões, em virtude do desempenho favorável das receitas financeiras que superaram o montante das despesas com juros e encargos em 61%.

TABELA 6 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO - GDF

| ITENS | Realizado | | | | | | | | | |
|--------------------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|------------|------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| Juros Líquidos | 29 | 30 | 68 | 61 | 71 | 73 | 54 | 56 | 15 | -72 |
| Resultado Primário | 26 | 65 | 202 | 131 | 88 | 131 | 94 | -58 | 556 | 130 |
| SALDO | -3 | 35 | 134 | 70 | 17 | 58 | 40 | -114 | 541 | 202 |

⁴ Em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 48, 52 e 53) e metodologia de elaboração de Metas Fiscais e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria n.º 633, de 30/08/06), o GDF apresentou um superávit primário de R\$ 273 milhões.

Da análise do resultado orçamentário do GDF do exercício de 2008, superavitário em R\$ 279,5 milhões (Balanço Orçamentário, Volume I – página 59), verifica-se a realização de despesas realizadas com recursos oriundos de apuração de superávits financeiros no valor total de R\$ 435,9 milhões (R\$ 417,6 – fontes do Tesouro e R\$ 18,3 de outras fontes), o que configura em um resultado orçamentário real superavitário em 715,4.

Desta forma, considerando que R\$ 435,9 milhões dos dispêndios do ano de 2008 foram realizados com recursos resultantes do orçamento de 2007 (denominado de superávit financeiro), ao incluirmos estes últimos no cálculo da receita de 2008 (possivelmente como receita diferida, como é feito por alguns Estados) ou excluirmos este valor do cálculo da despesa quando da avaliação do PAF, o resultado primário do GDF passa a ser da ordem de R\$ 566 milhões, conforme consta demonstrado na Tabela 6.

TABELA 7 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO - GDF

| DISCRIMINAÇÃO | R\$ MILHÕES | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2006 | 2006* | 2007 | 2007* | 2008 | 2008* |
| I - RECEITA BRUTA | 7.445 | 7.445 | 8.214 | 8.214 | 10.017 | 10.017 |
| Receitas de Transferências | 1.704 | 1.704 | 1.948 | 1.948 | 2.506 | 2.506 |
| FPE | 229 | 229 | 266 | 266 | 324 | 324 |
| Outras | 1.475 | 1.475 | 1.683 | 1.683 | 2.182 | 2.182 |
| Receitas de Arrecadação Própria | 5.741 | 5.741 | 6.266 | 6.266 | 7.511 | 7.511 |
| ICMS | 3.290 | 3.290 | 3.434 | 3.434 | 3.940 | 3.940 |
| Outras | 2.450 | 2.450 | 2.832 | 2.832 | 3.571 | 3.571 |
| II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| III- RECEITA LÍQUIDA (I - II) | 7.445 | 7.445 | 8.214 | 8.214 | 10.017 | 10.017 |
| IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA | 7.504 | 7.428 | 7.658 | 7.587 | 9.887 | 9.451 |
| Pessoal | 3.688 | 3.688 | 3.941 | 3.939 | 5.212 | 5.179 |
| OCC | 3.816 | 3.740 | 3.716 | 3.648 | 4.675 | 4.272 |
| Investimentos | 679 | 661 | 669 | 647 | 1.051 | 890 |
| Inversões | 124 | 109 | 82 | 74,2 | 126 | 112,7 |
| Outras Despesas Correntes | 3.013 | 2.970 | 2.867 | 2.829 | 3.370 | 3.141 |
| Sentenças Judiciais | 0 | 0 | 98 | 98 | 128 | 128 |
| V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV) | (58) | 18 | 556 | 627 | 130 | 566 |

Nota:

* Excluídos os montantes de despesas com fontes de superávit financeiro nos valores de: R\$ 76 milhões em 2006, R\$ 71 milhões em 2007 e R\$ 436 milhões em 2008.

2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal

| DESPESAS PESSOAL/RCL | 2008 | |
|-------------------------|------------|-----------|
| | PROGRAMADO | REALIZADO |
| | 54,69% | 51,98% |

No ano de 2008, as despesas de pessoal do GDF alcançaram R\$ 5.212 milhões, segundo os conceitos do Programa de Ajuste Fiscal e considerando-se todas as fontes de recursos, o que representou 51,98% da Receita Corrente Líquida, aquém do limite de 60% e ainda da projeção de comprometimento acordada para o ano de 2008 em 54,69% da RCL.

Verifica-se da Tabela 8 um aumento significativo nas despesas de pessoal do GDF no ano de 2008, que apresentaram um crescimento nominal de 28,8% e real de 15,8% em relação ao ano anterior. Entretanto, cabe frisar que no ano de 2008 foram computadas todas as fontes de recursos orçamentárias, incluindo as de arrecadação próprias dos órgãos, bem como aquelas oriundas de superávits financeiros, diferentemente do câmputo das despesas elencadas no triênio 2005 a 2007, haja vista que, para este período foram computadas somente as despesas de fontes do Tesouro, de acordo com os critérios de abrangência das receitas e despesas consideradas acordados entre o Distrito Federal e a União.

TABELA 8 - DESPESA DE PESSOAL – GDF

| DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Poder Executivo (Adm. Direta) | 1.413 | 1.957 | 2.250 | 3.239 |
| Poder Executivo (Adm. Indireta) | 315 | 365 | 382 | 481 |
| Poder Legislativo | 194 | 231 | 248 | 251 |
| Inativos e Pensionistas | 603 | 702 | 796 | 921 |
| Outras (*) | 278 | 433 | 267 | 320 |
| TOTAL | 2.802 | 3.688 | 3.942 | 5.212 |

FONTE: Até 2007, dados extraídos dos Balanços considerando somente as fontes de recursos do Tesouro.

Em 2008 os dados são consolidados (todas as fontes de recursos).

(*) Composta por Salário Família, Despesas de Pessoal com Contrato de Terceirização e Ressarcimento de Pessoal Requisitado.

Verifica-se que as despesas realizadas com recursos diretamente arrecadados e de multas prevista na legislação de trânsito mantiveram, no ano de 2008, os mesmos patamares das realizadas em 2007 no valor total de R\$ 67 milhões, e ainda, conforme comentado, anteriormente, tais despesas não se encontram inseridas nos dados apresentados na Tabela 7, no período 2005 a 2007.

Em 2008, das despesas com aposentadorias e pensões do Legislativo no valor total de R\$ 98,5 milhões, destaca-se o registro de R\$ 25 milhões em fontes de recursos orçamentárias específicas de contribuição para previdência dos servidores da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em virtude da criação do Fundo de Previdência do Distrito Federal.

A expansão das despesas com pessoal e encargos sociais decorreu basicamente pelas reestruturações de carreiras proporcionadas nos anos de 2006 com reflexo financeiro em 2007 e 2008 e de reajustes salariais concedidos, com destaque para as áreas de saúde, educação e segurança pública (polícia civil, militar e corpo de bombeiros), o que ocasionaram um transbordo de R\$ 2,4 bilhões pelo Tesouro local em complementação aos recursos recebidos do Fundo Constitucional do Distrito Federal-FCDF, contra R\$ 1,5 bilhão de recursos aportados pelos cofres do DF nas áreas de saúde, educação e segurança mantidas pelo FCDF em 2007. Em média, professores tiveram aumento de 7,16%, médicos conquistaram 17,65% e as corporações da segurança receberam reajuste de 12%.

Conforme se verifica, ainda, da Tabela 8, os gastos com pessoal e encargos do Distrito Federal vêm, desde 2005, mantendo a seguinte representatividade média dos recursos entre os seguintes grupos: Executivo – 71%, Legislativo – 5%, Inativos e Pensionistas – 18% e Outras – 6%.

2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias

| RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA | 2008 | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| | PROGRAMADO | REALIZADO |
| | R\$ 7.226 milhões | R\$ 7.511 milhões |

As receitas próprias do Distrito Federal atingiram o montante de R\$ 7.511 milhões no exercício de 2008, superando em R\$ 1.245 milhões a do ano anterior e R\$ 1.770 milhões a do exercício de 2006. Das receitas próprias arrecadadas em 2008 verificou-se um crescimento nominal de 19,9% e real de 7,8% em relação ao ano anterior, o que representou um acréscimo de R\$ 245 milhões do valor programado para o exercício.

Das Receitas Próprias, **as receitas tributárias** do Distrito Federal atingiram o montante de R\$ 5.808 milhões no exercício de 2008, superando em R\$ 770 milhões a do ano anterior, com crescimento nominal de 15,3% e 3,6% em termos real, conforme demonstrado na Tabela 9 abaixo.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - GDF

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | VARIAÇÃO % NOMINAL | | | VARIAÇÃO % REAL * | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|
| | VALOR (A) | % | VALOR (B) | % | VALOR (C) | % | VALOR (D) | % | (B)/(A) | (C)/(B) | (D)/(C) | (B)/(A) | (C)/(B) | (D)/(C) |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| I. Receita Tributária | 4.159 | 100,0 | 4.711 | 100,0 | 5.038 | 100,0 | 5.808 | 100,0 | +13,3 | +6,9 | +15,3 | +11,5 | +1,8 | +3,6 |
| Impostos Indiretos | 3.501 | 84,2 | 3.940 | 83,6 | 4.144 | 82,2 | 4.731 | 81,5 | +12,5 | +5,2 | +14,2 | +10,6 | +0,0 | +2,6 |
| ICMS | 2.907 | 69,9 | 3.290 | 69,8 | 3.434 | 68,2 | 3.941 | 67,9 | +13,2 | +4,4 | +14,8 | +11,2 | -0,7 | +3,1 |
| ISS | 555 | 13,4 | 608 | 12,9 | 643 | 12,8 | 675 | 11,6 | +9,5 | +5,8 | +5,0 | +7,6 | +0,4 | -5,6 |
| Simples | 39 | 0,9 | 42 | 0,9 | 67 | 1,3 | 115 | 2,0 | +7,5 | +61,6 | +70,8 | +5,7 | +52,4 | +54,7 |
| Impostos Diretos | 585 | 14,1 | 683 | 14,5 | 792 | 15,7 | 962 | 16,6 | +16,7 | +16,0 | +21,5 | +15,6 | +10,9 | +9,3 |
| IPTU | 236 | 5,7 | 258 | 5,5 | 277 | 5,5 | 340 | 5,9 | +9,2 | +7,4 | +23,0 | +8,5 | +2,9 | +11,0 |
| ITBI | 71 | 1,7 | 92 | 1,9 | 121 | 2,4 | 149 | 2,6 | +29,0 | +32,5 | +22,5 | +26,8 | +25,9 | +10,4 |
| ITCD | 12 | 0,3 | 15 | 0,3 | 21 | 0,4 | 26 | 0,4 | +22,6 | +39,0 | +22,9 | +20,6 | +31,9 | +10,6 |
| IPVA | 266 | 6,4 | 319 | 6,8 | 373 | 7,4 | 448 | 7,7 | +19,8 | +17,1 | +20,0 | +18,8 | +12,1 | +7,5 |
| Taxas | 73 | 1,8 | 89 | 1,9 | 102 | 2,0 | 115 | 2,0 | +21,9 | +14,9 | +12,4 | +20,7 | +9,7 | +1,3 |
| TLP | 60 | 1,5 | 67 | 1,4 | 74 | 1,5 | 80 | 1,4 | +11,6 | +9,3 | +8,6 | +10,8 | +4,7 | -2,2 |
| Outras Taxas | 13 | 0,3 | 22 | 0,5 | 28 | 0,6 | 35 | 0,6 | +71,5 | +32,3 | +22,3 | +68,1 | +25,7 | +10,6 |
| II. Outras Receitas de Origem Tributária | 133 | 100,0 | 143 | 100,0 | 173 | 100,0 | 207 | 100,0 | +7,6 | +21,2 | +19,5 | +5,7 | +15,5 | +7,2 |
| Dívida Ativa | 105 | 79,1 | 93 | 64,9 | 142 | 81,9 | 167 | 80,6 | -11,7 | +52,9 | +17,7 | -13,2 | +45,7 | +5,5 |
| Multas e Juros | 28 | 20,9 | 50 | 35,1 | 31 | 18,1 | 40 | 19,4 | +80,2 | -37,4 | +27,7 | +76,9 | -40,5 | +14,5 |
| III. IRRF | 632 | 100,0 | 841 | 100,0 | 1.036 | 100,0 | 1.294 | 100,0 | +33,1 | +23,2 | +24,9 | +30,7 | +17,1 | +12,3 |
| TOTAL GERAL (I+II+III) | 4.923 | | 5.696 | | 6.247 | | 7.309 | | +15,7 | +9,7 | +17,0 | +13,8 | +4,4 | +5,2 |

Nota: * Valores a preços de dezembro/2008 (IGP-DI/FGV).

Fonte: Dados primários SIGGO.

Os itens de receita que mais contribuíram para a expansão do total da arrecadação de origem tributária em 2008 foram: o ICMS, que embora tenha apresentado crescimento real de 3,1% representou 67,9% da Receita Tributária; o Imposto de Renda Retido na Fonte, cujo crescimento real foi de 12,3%; o IPVA e o IPTU, que apresentaram crescimento real de 7,5% e 11,0%, respectivamente.

Ao analisar o ICMS por atividade econômica, constata-se que houve expansão da receita em todos os setores, com destaque para os setores de combustíveis, comunicação, comércio atacadista e veículos, este último responsável pelo aumento dos recolhimentos do imposto na modalidade substituição tributária fora do Distrito Federal.

O aumento da arrecadação do segmento combustíveis está associado à implementação da nota fiscal eletrônica e ao Convênio ICMS/CONFAZ 110/2007 que trata da substituição tributária do álcool anidro. No segmento de comunicação, além do aumento do faturamento das empresas, as aquisições de bens de capital e as operações tributadas pelo regime especial do “Pró-DF Logístico” contribuíram para o aumento da arrecadação.

Enquanto as vendas de bebidas impulsionaram a arrecadação do comércio atacadista, as vendas de veículos novos responderam pelo aumento de recolhimentos do ICMS ao Distrito Federal efetuados pela indústria automobilística.

As vendas de veículos novos e o conseqüente aumento da frota de veículos tributáveis responderam pelo avanço da arrecadação do IPVA, que passou de 6,4% do total da Receitas Tributária em 2005 para 7,7% em 2008. Assim como em 2007, após o ICMS e o IRRF, o IPVA foi o tributo que proporcionou mais recursos de origem tributária ao Tesouro do Distrito Federal.

O avanço da receita do IPTU em 2008, na comparação com 2007, superou o observado em 2007 na comparação com 2006. Tal fato decorreu do reajuste da pauta de valores imobiliários em percentual superior ao INPC/IBGE, índice adotado em anos anteriores como limitador do aumento do imposto.

Tendo em vista o início de recolhimentos no âmbito do regime Simples Nacional após julho de 2007, o aumento real de 54,7% em 2008 da arrecadação oriunda do regime simplificado resulta não só da fraca base de comparação, o ano de 2007, mas também do aumento da receita média mensal, a qual passou de R\$ 8,6 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 11,3 milhões no último trimestre do ano.

O ISS, segunda maior fonte de arrecadação de impostos indiretos, apresentou a maior queda real: -5,6%. Tal queda deve-se às retrações do imposto retido por órgãos públicos federais via SIAFI, da retenção efetuada por empresas do setor privado e do recolhimento espontâneo efetuado por contribuintes em especial instituições financeiras. O segmento instituições financeiras, cujos pagamentos representam 30% da receita total do imposto, tem recolhido o tributo a municípios onde ocorre a prestação de serviços, fora do Distrito Federal.

Das Outras Receitas de Origem Tributária, as receitas da dívida ativa e de multas e juros além de refletirem ações de cobrança administrativa, foram impactadas positivamente pela terceira edição do Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública do Distrito Federal (REFAZ III) ao final de 2008, o qual procurou estimular o pagamento de débitos vencidos por meio da concessão de descontos. A seguir, apresenta-se o resultado consolidado do REFAZ III.

| REFAZ III - Em R\$ milhões | | |
|----------------------------|--------|------|
| A VISTA | ICMS | 16,6 |
| | Demais | 22,1 |
| PARCELADO (a) | | 19,9 |

Fonte: DIRAR/SUREC.

Nota:(a) Valores concedidos.

O desempenho favorável das receitas resultou das várias ações de combate à evasão e à sonegação implementadas na área tributária no ano de 2008, previamente estabelecidas no Programa e comentadas abaixo:

- a) Tributação da diferença a maior entre o total das vendas realizadas com cartões de crédito/débito e os valores declarados no livro fiscal eletrônico;
- b) Realização de auditorias em contribuintes dos setores de supermercados, magazines e comércio de materiais de construção, com base em índices comparativos de desempenho e com a utilização de sistema de extração de dados do ECF;
- c) Verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelos estabelecimentos de ensino, o que contribuiu para elevar a arrecadação do ISS oriunda do segmento em 30% em termos reais (INPC/IBGE) em 2008 na comparação com 2007;
- d) Diligências a contribuintes visando a atualização do cadastro fiscal;
- e) Monitoramento da entrega de informações econômico-fiscais pelos contribuintes do ICMS e do ISS, tendo sido encaminhados 75.269 avisos reportando à omissão de informações e lavrados 6.165 autos de infração relativos a descumprimento de obrigação tributária acessória;
- f) Cobrança administrativa de débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, com envio de 313.422 cobranças no primeiro semestre e 149.736 em outubro de 2008, cujo resultado consolidado apresenta-se a seguir:

| Em R\$ milhões | | |
|----------------------|---------------------------|-------------|
| A VISTA | IMÓVEIS E VEÍCULOS | 6,6 |
| | ICMS E ISS | 7,0 |
| PARCELADO (a) | IMÓVEIS E VEÍCULOS | 17,8 |
| | ICMS E ISS | 2,6 |

Fonte: DIRAR/SUREC.

Nota:(a) Valores concedidos.

- g) Elaboração de propostas de alteração da legislação tributária para sanar dúvidas sobre a aplicação de normas;

- h) Auditoria em entidades sindicais para manutenção ou não da imunidade quanto ao ISS;
- i) Automatização do controle do rol de beneficiários e a intermediação do requerimento da isenção do ICMS sobre o consumo de energia elétrica e a prestação de serviços de telecomunicações; e
- j) Prioridade na distribuição/análise/julgamento dos processos do contencioso administrativo fiscal acima de R\$ 50 mil, bem como daqueles mais antigos, com o propósito de evitar a prescrição do crédito tributário.

Em 2008, a constituição de crédito pela fiscalização tributária atingiu a cifra de R\$ 1 bilhão, incluídos os valores do principal dos tributos (ICMS e ISS), multas e juros, conforme descrito na Tabela 10.

TABELA 10 – CRÉDITOS CONSTITUÍDOS - GDF

| Documento Emitido | Quantidade (em unidades) | Crédito Tributário Constituído (valores correntes em R\$) |
|------------------------------------|-------------------------------------|--|
| Auto de Infração e/ou Apreensão | 5.565 | 1.078.652.376,07 |
| Aviso de Lançamento | 27 | 2.102.498,40 |
| Outros | 27 | 3.172.377,11 |
| TOTAIS | 5.619 | 1.083.927.251,58 |

Fontes primárias: SUREC/SEF

Nota: não considera eventuais registros de reduções nos valores do crédito tributário inicialmente constituído no mês ou em períodos anteriores.

Em 2008, **as receitas próprias não tributárias** tiveram participação de 23% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal. Verifica-se, da Tabela 11 abaixo, um crescimento nominal das receitas não tributárias de 39%, em relação ao exercício anterior, e de 25%, em termos reais, tendo sido impulsionado pelas receitas Patrimoniais, de Serviços e das Outras Receitas Correntes.

TABELA 11 – RECEITAS PRÓPRIAS NÃO TRIBUTÁRIAS - GDF

| RECEITAS PRÓPRIAS NÃO TRIBUTÁRIAS | 2005 | 2006 | 2007 | R\$ MILHÕES | |
|-----------------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | | | 2008 | |
| | | | | Programado | Realizado |
| Receitas de Contribuições | 645 | 770 | 850 | 847 | 904 |
| Receita Patrimonial | 16 | 19 | 36 | 39 | 78 |
| Receita Industrial | 1 | 1 | 1 | 0,1 | 3 |
| Receita de Serviços | 6 | 7 | 8 | 157 | 171 |
| Outras Receitas Correntes | 184 | 205 | 311 | 551 | 532 |
| Outras Receitas de Capital | 12 | 27 | 22 | 26 | 17 |
| TOTAL | 864 | 1.029 | 1.228 | 1.620 | 1.705 |

FONTE: Até 2007, dados extraídos dos Balanços considerando somente as fontes de recursos do Tesouro.
Em 2008 os dados são consolidados (todas as fontes de recursos).

O aumento crescente nas receitas patrimoniais decorreu, principalmente, do incremento nas aplicações financeiras, fruto de negociações com o Banco de Brasília-BRB para melhora dos rendimentos oferecidos e dos créditos de R\$ 18 milhões e de R\$ R\$ 49 milhões referentes ao recebimento de dividendos do BRB pelo Tesouro distrital, respectivamente nos anos de 2007 e 2008.

No montante total das receitas de Serviços estão inseridos R\$ 166 milhões cuja fonte orçamentária é classificada como 220 – Receita de Arrecadação Própria dos Órgãos, não tendo sido computada nos anos anteriores devido à metodologia de acompanhamento adotada nos Programas. Deste valor, destacam-se R\$ 58 milhões arrecadados com Serviços de Transportes rodoviário, ferroviário e metroviário pela Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília, Transporte Urbano do Distrito Federal e Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, R\$ 7 milhões com Serviços de Processamento de Dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal e R\$ 99 milhões advindos das receitas com Serviços de Trânsito arrecadados pelo Departamento de Trânsito⁵.

⁵ Valores que ingressaram em 2008 referentes à Serviços de Trânsito: R\$ 27 milhões com Taxa de Veículos, R\$ 24 milhões com Taxa de Condutores, R\$ 2 milhões Taxa de Depósito de Veículos, R\$ 31 milhões de Taxa de Licenciamento e Cadastramento e R\$ 10 milhões com Serviços de Vistoria de Veículos.

O crescimento das Outras Receitas Correntes, conforme apresentado no ano de 2008 na Tabela 11, verifica-se em função do registro de Receitas de Compensação Previdenciárias na rubrica de Receitas de Restituições, no valor de R\$ 85 milhões, por exigência da padronização do Plano de Contas, haja vista que nos anos anteriores as mesmas integravam o grupo das Receitas de Contribuições.

Integrou, ainda, o grupo das Outras Receitas Correntes o valor de R\$ 116 milhões, referentes às receitas de Multas previstas na Legislação de Trânsito, não consideradas nos cálculos dos anos anteriores por não possuir natureza de fonte orçamentária do Tesouro.

2.5 - Meta nº 5 - Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

Com respeito às reformas administrativas previstas no Programa de Ajuste Fiscal para 2008, o Governo do Distrito Federal promoveu as seguintes ações:

- Limitou a expansão das “Outras Despesas Correntes” em 37,31%, abaixo, portanto, do inicialmente planejado (ou seja, 38,80% de crescimento da Receita Líquida Real);
- Encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional-STN, até o dia 31 de maio de 2008, o relatório de execução do PAF relativo ao exercício de 2008;
- Manteve atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SISTN, junto a Caixa Econômica Federal de acordo com as normas estabelecidas pela STN;
- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento do Programa na Diretoria Geral de Dívidas, Avais e Haveres por meio do Núcleo de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal vinculado à Gerência da Dívida Pública e Ajuste Fiscal, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 27.782, de 15/03/07, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal).
- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento das Empresas Dependentes do Distrito Federal por meio do Núcleo de Acompanhamento da Administração Indireta vinculado à Gerência de Avais e Haveres, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 27.782, de 15/03/07, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal).

2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real

| INVESTIMENTO/RLR | 2008 | |
|------------------|------------|-----------|
| | PROGRAMADO | REALIZADO |
| | 13,53% | 13,03% |

O Governo do Distrito Federal despendeu em 2008 R\$ 1,1 milhão em investimentos e inversões financeiras, o que manteve a relação Investimento/RLR em 13,03%, abaixo dos 13,53% inicialmente programados.

Verifica-se da Tabela 12, que o GDF no ano de 2008 manteve a prioridade em investir em obras de infra-estrutura básica, urbanização e transporte seguro para a população, como saneamento básico de água e esgoto em diversas localidades como Planaltina, Ceilândia, São Sebastião e Santa Maria, construção de hospitais e escolas, pavimentação e drenagem em diversos locais do Distrito Federal, conservação e manutenção das rodovias para promover a segurança do tráfego. As funções saúde e educação também mantiveram posição de destaque nos investimentos do GDF em 2008.

TABELA 12 – DESPESAS DE INVESTIMENTO POR FUNÇÃO - GDF

| FUNÇÃO GOVERNAMENTAL | REALIZADO Em Milhões |
|-------------------------|-------------------------|
| | 2.008 |
| 01 - LEGISLATIVA | 8,67 |
| 06 - SEGURANÇA PÚBLICA | 33,56 |
| 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL | 13,17 |
| 10 - SAÚDE | 87,49 |
| 12 - EDUCAÇÃO | 68,36 |
| 15 - URBANISMO | 402,28 |
| 17 – SANEAMENTO | 67,19 |
| 25 - ENERGIA | 35,07 |
| 26 – TRANSPORTE | 212,52 |
| 27 - DESPORTO E LAZER | 77,45 |
| SUBTOTAL | 1.006 |
| DEMAIS FUNÇÕES | 45 |
| TOTAL | 1.051 |

FONTE: Foram considerados os valores empenhados do SIGGO
Posição até 31/12/08, de todas as fontes de recursos.

Destacamos, a seguir, as principais obras realizadas no ano de 2008: a construção e ampliação de hospitais e centros de saúde, a exemplo do Hospital Regional de Santa Maria, de unidades de ensino da rede pública do DF, do edifício sede da Câmara Legislativa, do Clube do Choro, do Shopping Popular da Rodoferroviária, complementação das obras do Centro de Convenções Ulisses Guimarães, as obras do Estádio Bezerrão e construção de ginásio de esportes no setor central do Gama, das Vilas Olímpicas, os Restaurantes Comunitários da Vila Estrutural e Itapoã, as reformas e ampliações de 60 Postos Policiais, desenvolvimento dos programas nacionais de segurança pública, viaduto Israel Pinheiro (EPIA), as obras de urbanização das ADE's e Regiões Administrativas, as obras de fresagem e recuperação asfáltica em diversos locais do Distrito Federal, ampliação do sistema de iluminação pública do DF, construção de passarelas, continuidade de implantação das obras civis e sistemas do metrô no trecho Plano Piloto, bem como a implementação e expansão da Linha 1 do Metrô em Samambaia e a renovação da frota da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília.

Em 2008, as despesas com inversões financeiras foram compostas basicamente da continuidade de empréstimos, mediante apoio financeiro e concessão de benefícios creditícios às indústrias de diversos segmentos, por meio de programas de incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ, para promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

3 - PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2009 A 2011

Nos últimos dois anos, a situação fiscal do Distrito Federal tem evoluído positivamente e os resultados alcançados referendam o compromisso com a gestão responsável dentro dos parâmetros legais, que permita o alcance dos objetivos desejados pelo governo em todas as áreas, em especial no que se refere aos programas sociais e de investimentos.

Para o triênio 2009 a 2011, o Governo do Distrito Federal continuará suas ações que permitam controlar seus custos, reduzir a burocracia, eliminar desperdícios e incrementar as receitas, valorizando o dinheiro do contribuinte e a qualidade dos serviços prestados à sociedade com menos gastos, mantendo, principalmente, o controle do pagamento da folha de pessoal e priorizando a realização de obras.

As Metas relativas às receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública constam do Anexo de Metas Fiscais da LDO/2009, conforme previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000(LRF) e valores abaixo:

ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas e Projeções Fiscais

(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Valores Correntes

| R\$ mil | | | |
|---------------------------------|------------|------------|------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 |
| I - Receita Fiscal Total | 10.433.016 | 11.406.238 | 12.450.111 |
| II - Despesa Fiscal Total | 10.433.016 | 11.406.238 | 12.450.111 |
| III - Resultado Primário (I-II) | 0 | 0 | 0 |
| IV - Resultado Nominal | (147.348) | (159.862) | (147.796) |
| | | | |
| V - Dívida Contratual | 2.387.261 | 2.551.725 | 2.570.344 |

Valores Constantes

| R\$ mil | | | |
|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 |
| I - Receita Fiscal Total | 8.665.111 | 9.097.684 | 9.930.284 |
| II - Despesa Fiscal Total | 8.665.111 | 9.097.684 | 9.930.284 |
| III - Resultado Primário (I-II) | 0 | 0 | 0 |
| IV - Resultado Nominal | (122.379) | (127.507) | (117.883) |
| | | | |
| V - Dívida Contratual | 1.982.733 | 2.035.271 | 1.970.134 |

Fonte: LDO/2009.

As metas fiscais estabelecidas para o Distrito Federal, no período 2009 a 2011, têm como base os parâmetros econômicos da taxa inflacionária, combinada com o crescimento da economia do Distrito Federal e com a política fiscal de ajuste orçamentário e financeiro a partir do exercício de 2007, e, como regra, tais metas expressam a busca ao alcance do equilíbrio das finanças distritais, sobretudo, levando-se em conta a necessidade de austeridade e de controle dos recursos públicos deflagrado pelo atual Governo, com vistas à melhor investir os recursos públicos no atendimento dos anseios da população do Distrito Federal.

Nesse sentido, torna-se imperativa a busca na excelência da exploração da base tributária distrital com o objetivo de ampliar as diversas fontes de receitas, possibilitando assim financiar as despesas obrigatórias de caráter continuado e àquelas constitucionais ou legais, bem como concretizar a realização de ações governamentais dispostas no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – PDES, relativo aos exercícios de 2007 a 2010, além dos programas e projetos prioritários da Administração.

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2009 a 2011 consistem em:

a) Base de Cálculo

As projeções de receitas tributárias para o período de 2009 a 2011 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados no exercício de 2006 a março de 2008, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, conforme documentação encaminhada pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda – SUREC/SEF, sendo os mesmos contemplados como metas na Projeção para o exercício de 2009 e seguintes.

Cabe ressaltar que em relação ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF tomou-se como base os valores redefinidos nas projeções de reajuste salarial do servidor do Distrito Federal, reestruturação, nomeações decorrentes de concursos públicos, além de estimativa de crescimento vegetativo, de 2,5% em média.

No que tange as demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores orçados na LOA do exercício de 2008, utilizando-se os índices de inflação (IGP-DI) e do crescimento real, PIB.

Excluem-se dessa premissa as receitas de operações de crédito e as despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida, cujas projeções foram elaboradas pela Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Fazenda, em conformidade com os processos de contratação de crédito, observando o equilíbrio necessário à obtenção do resultado primário igual a ZERO pelo método da Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Hipóteses Macroeconômicas

Considera-se o PIB e o IGP-DI como sendo as principais variáveis para explicar o crescimento real das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências, acompanham o ritmo das atividades econômicas.

Assim, para os exercícios de 2009, 2010 e 2011, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 4,41%; 4,19%; e 4,20%, respectivamente.

As taxas de inflação (IGP-DI) consideradas para o período foram de 4,36%, 4,13% e 4,06%, respectivamente. (Fonte: Banco Central do Brasil)

Com relação à rubrica Imposto de Renda (IRRF), foi considerada, para efeito dos cálculos das projeções, a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) da ordem de 2,5%.

A base para a projeção das despesas fiscais leva em consideração as variáveis estipuladas para as receitas fiscais, sendo que para a rubrica “Pessoal e Encargos”, adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) acrescida da correção de 2,5% e autorizações para aumento de despesas de pessoal. Considerou-se, também, as previsões solicitadas pela Câmara Legislativa e Tribunal de Contas.

A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2009 e a aprovação e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal foram orientados para contemplar as políticas da atual gestão governamental, definidas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2007 a 2010.

A LOA/2009 prevê um aumento de 16% na arrecadação do Distrito Federal em relação ao ano de 2008. No tocante à receita própria, estão previstos R\$ 8,7 bilhões, pois como o Distrito Federal não possui vocação industrial a grande parte da arrecadação tributária é proveniente de serviços, e ainda o Governo tem buscado a instalação de empresas de grande porte no Distrito Federal, a fim de reduzir as taxas de desemprego provocadas pela crise, haja vista que com 2,5 milhões de habitantes, o governo tem que buscar a opção do desenvolvimento econômico.

A Receita Orçamentária foi estimada em R\$ 12 bilhões, sendo R\$ 8,9 bilhões para o Orçamento Fiscal e R\$ 3,1 bilhões no Orçamento da Seguridade Social com a fixação da despesa orçada no mesmo valor e Resultado Primário nulo.

Os limites de empenho e de movimentação financeira, a meta para o resultado primário, bem como a demonstração de sua compatibilidade com os montantes para pagamento, em conformidade com a Lei nº 4.179 de 17 de julho de 2008 - LDO/2009 constam dos Anexo I e VIII do Decreto nº 29.974, de 23 de janeiro de 2009 que aprovou a Programação Financeira para o ano de 2009, nos valores abaixo especificados:

ANEXO I
LIMITES ANUAIS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PODER EXECUTIVO

(recursos de todas as fontes do exercício)

R\$1,00

| GRUPO DE DESPESA | LEI + CRÉDITOS | PROGRAMAÇÃO(*) |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 4.494.379.243 | 4.494.379.243 |
| Juros e Encargos da Dívida | 157.731.318 | 157.731.318 |
| Outras Despesas Correntes | 4.648.545.724 | 3.944.029.055 |
| Investimentos | 1.816.868.423 | 1.697.481.420 |
| Inversões Financeiras | 212.790.121 | 212.790.121 |
| Amortização da Dívida Consolidada | 134.137.265 | 134.137.265 |
| Reserva de Contingência | 105.151.481 | |
| TOTAL | 11.569.603.575 | 10.640.548.422 |

ANEXO VIII
RESULTADO PRIMÁRIO R\$1,000

| ESPECIFICAÇÕES | PREVISÕES BIMESTRAIS ACUMULADAS - 2009 | | | | | |
|---|---|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| 1 - Receita Total (Corrente + Capital) | 1.829.840 | 4.124.317 | 6.210.883 | 8.150.006 | 10.045.488 | 12.019.678 |
| 1.1 - Deduções (Receita Financeiras) | 43.013 | 121.506 | 228.016 | 321.501 | 416.340 | 506.997 |
| 1.1.1 - Aplicações Financeiras | 13.723 | 28.443 | 42.265 | 56.891 | 69.512 | 82.338 |
| 1.1.2 - Alienações de Bens | 392 | 776 | 1.174 | 1.537 | 1.941 | 2.300 |
| 1.1.3 - Operações de Crédito | 25.290 | 84.871 | 173.451 | 248.032 | 325.737 | 399.483 |
| 1.1.4 - Amortizações de financiamento | 3.608 | 7.416 | 11.125 | 15.042 | 19.150 | 22.876 |
| Receita Primária Total (1 - 1.1) (A) | 1.786.826 | 4.002.811 | 5.982.867 | 7.828.505 | 9.629.148 | 11.512.682 |
| 2 - Despesa Total (Corrente + Capital) | 1.878.895 | 3.878.180 | 5.877.922 | 7.874.530 | 9.872.057 | 11.195.675 |
| 2.1 - Deduções (Despesas Financeiras) | 92.551 | 171.208 | 255.094 | 339.004 | 416.183 | 504.659 |
| 2.1.1 - Juros e Encargos da Dívida | 29.466 | 55.505 | 81.955 | 108.058 | 131.766 | 157.731 |
| 2.1.2 - Amortização da Dívida | 27.620 | 44.773 | 66.744 | 89.086 | 107.092 | 134.137 |
| 2.1.3 - Concessão de Empréstimos | 35.465 | 70.930 | 106.395 | 141.860 | 177.325 | 212.790 |
| Despesa Primária Total (2 - 2.1) (B) | 1.786.344 | 3.706.972 | 5.622.828 | 7.535.526 | 9.455.874 | 10.691.016 |
| 3 - RESULTADO PRIMÁRIO (A - B) | 482 | 295.839 | 360.039 | 292.979 | 173.274 | 821.665 |

Em função do novo cenário econômico decorrente do possível agravamento da crise financeira, a estimativa das despesas para o exercício de 2009 foi programada, para adequar-se as Projeções da Receita de Origem Tributária, que foram revistas. Consequentemente, os orçamentos de 2010 e 2011, serão afetados nas mesmas proporções.

A estimativa de receita para o triênio 2009 a 2011 foi revisada, segundo Relatório de Previsão das Receitas de Origem Tributária, da Subsecretaria da Receita, em valores correntes, vigentes em 24/11/2008, com um deflator aplicado nas projeções para o IGP-DI, e serviu de base para a elaboração da Programação Financeira, conforme segue:

PREVISÃO PARA O IGP-DI ACUMULADO – 2008-2011

| 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------|--------------|--------------|--------------|
| 10,68% | 5,96% | 4,62% | 4,46% |

Fonte: www.bcb.gov.br (Relatório Focus).

IGP-DI MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES

| 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1,0000 | 0,9297 | 0,8835 | 0,8452 |

Elaboração: Núcleo de Análise e Projeção Econômica-Tributária/COPET/SUREC/SEF.

Considerado o novo cenário, a programação financeira para 2009 de que trata o art. 8º do citado Decreto, verificado que a realização da receita não comportaria o cumprimento de metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, foi fixada com redução de 30% na fonte do Tesouro, sendo que as demais fontes tiveram teto integral.

Em termos reais, os valores fixados para a execução orçamentária no corrente exercício financeiro correspondem a 91,97% da dotação orçamentária. O Poder Legislativo não está incluído nos limites estabelecidos na programação financeira, tendo em vista que as regras para liberação estão definidas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Com base nesses dados, para o triênio 2009 a 2011, o Governo manterá seu principal objetivo de reduzir os desníveis sociais e regionais promovendo o crescimento econômico em todas as regiões administrativas. Coerente com essa preocupação, ações objetivas serão implementadas no sentido de promover a redução das desigualdades baseada no desenvolvimento urbano ordenado e sustentabilidade ambiental, crescimento, geração de emprego e renda com equilíbrio fiscal, por meio de projetos como Brasília Digital (Brasília Wireless), Parque Tecnológico Capital Digital, Projeto Orla, Torre TV Digital, Parque de Biotecnologia.

Segundo a Lei Orçamentária Anual-LOA aprovada, 2009 será um ano promissor para os investimentos locais: R\$ 1,8 bilhão, o valor representa quase o dobro do montante empenhado em 2008 pelo Governo do Distrito Federal. Os recursos serão aplicados nos mais diversos fins: desde os projetos prioritários do Programa de Organização do Desenvolvimento Integrado-PODI, a postos policiais, ações na educação e na saúde, diversificando ao máximo os investimentos, constituindo projetos e obras que serão destaque de ação de governo, vinculadas a programas mais amplos e que assegurarão a futuras gerações o acesso a melhor qualidade de vida nos próximos três anos, os destacados nas seguintes áreas:

- **Social:** Construção dos Restaurantes Comunitários do Gama e Brazlândia, implantação da Cidade dos Meninos, da consolidação do Cheque Moradia, da construção do novo albergue;
- **Educação:** Construção e reformas de escolas, com um total previsto de 610 novas salas de aula, a exemplo dos campi da UNB no Gama e na Ceilândia, e a cobertura de 183 Quadras de Esporte das Escolas com educação integral;
- **Segurança Pública:** Construção de mais 240 postos policiais até o final de 2010 e a construção das Unidades de Segurança Integrada com Monitoramento eletrônico;
- **Saúde:** Construção da Faculdade de Enfermagem em Samambaia, reformas de vários Centros de Saúde, construção do Hospital de São Sebastião e do Recanto das Emas;
- **Justiça e Cidadania:** Abertura da Praça do Cidadão;
- **Cultura, patrimônio, esporte e lazer:** Construção de Vilas Olímpicas, de quadras poliesportivas, postos de atletismo, dezesseis campos de futebol de grama sintética em regiões carentes; recuperação de monumentos, reforma da Torre de TV, da Catedral Metropolitana, da Galeria dos Estados, do Planetário, a implantação de Tendas Culturais, o Taguaparque e o Parque Burle Marx; reforma do Serejão e do Cláudio

Coutinho, construção do novo Estádio Mané Garrincha para Brasília se consolidar como sede da Copa-2014;

- **Infra-estrutura:** implantação de asfalto, meios-fios, urbanização nas áreas mais carentes do Distrito Federal, águas pluviais, esgoto e asfalto por meio do programa Pró-Moradia I e II, PAC e Brasília Sustentável, que com recursos contratados com o BID, no valor de R\$ 130 milhões e com contrapartida local, de igual valor, contempla obras em todo DF; obras no sistema de distribuição de energia com a ampliação das subestações de Águas Claras, do Monjolo, e a construção do Sudoeste e da Linha de Transmissão Brasília Norte-Sudoeste;
- **Transporte público:** através do Programa Brasília Integrada, focado na implantação de uma nova concepção de operação do sistema de transporte público coletivo, com recursos da ordem de US\$ 246 milhões com participação do BID e GDF, estão previstas construções e melhorias no sistema viário urbano e rodoviário, com o estabelecimento de vias exclusivas para ônibus, construção de terminais nos principais pontos de transferência de passageiros, implementação de bilhetagem automática, compra de novos ônibus e microônibus, expansão da Linha 1 do METRÔ em Ceilândia, Samambaia, no Plano Piloto, até início da Asa Norte, compra de 48 novos carros que correspondem a 12 novos trens, implantação do Veículo Leve Sobre Trilho – VLT e do VLP, que interligará o Gama e Santa Maria ao Plano Piloto, além da construção de estacionamentos subterrâneos, construção da nova Rodoviária e reforma da Rodoviária do Plano Piloto, intervenções na malha viária através da reestruturação e ampliação da BR 450 – EPIA, construção das Pistas de ligação Ceilândia-Samambaia, Recanto das Emas-Samambaia, Riacho Fundo I-Riacho Fundo II, do viaduto Núcleo Bandeirante-EPNB, do viaduto Periquito, do viaduto da QNL, da pista Park Way, do viaduto Riacho Fundo I, construção de 40 km de asfalto na área rural, restauração e duplicação da DF-150 FERCAL, da DF 079, da BR 080 – Taguatinga/Brazlândia e recuperação de vias públicas;
- **Meio ambiente e habitação:** implantação da infra-estrutura do Pró-Moradia I e do Pró-Moradia II, do Setor Pôr do Sol e Sol Nascente.

Em 2009, de acordo com a mais recente previsão da Subsecretaria da Receita, a receita de origem tributária deverá atingir R\$ 7.898 milhões em valores correntes, o que sinaliza crescimento nominal de 8,1% em relação a 2008. Para 2010 e 2011, esperam-se R\$ 8.685 milhões e R\$ 9.588 milhões em valores correntes, respectivamente, conforme dados abaixo discriminados na Tabela 13.

TABELA 13 – PERSPECTIVAS RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2008-2010 – GDF

Valores em R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | VARIAÇÃO % | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | VALOR (A) | % | VALOR (B) | % | VALOR (C) | % | VALOR (D) | % | NOMINAL | | |
| | | | | | | | | | (B)/(A) | (C)/(B) | (D)/(C) |
| I. Receita Tributária | 5.808 | 100,0 | 6.286 | 100,0 | 6.928 | 100,0 | 7.675 | 100,0 | +8,2 | +10,2 | +10,8 |
| Impostos Indiretos | 4.731 | 81,5 | 5.064 | 80,6 | 5.505 | 79,5 | 6.042 | 78,7 | +7,0 | +8,7 | +9,8 |
| ICMS | 3.941 | 67,9 | 4.241 | 67,5 | 4.618 | 66,7 | 5.079 | 66,2 | +7,6 | +8,9 | +10,0 |
| ISS | 675 | 11,6 | 727 | 11,6 | 786 | 11,3 | 857 | 11,2 | +7,7 | +8,1 | +9,1 |
| Simples | 115 | 2,0 | 97 | 1,5 | 101 | 1,5 | 106 | 1,4 | -15,4 | +4,1 | +5,0 |
| Impostos Diretos | 962 | 16,6 | 1.127 | 17,9 | 1.317 | 19,0 | 1.514 | 19,7 | +17,1 | +16,9 | +15,0 |
| IPTU | 340 | 5,9 | 388 | 6,2 | 437 | 6,3 | 480 | 6,3 | +14,0 | +12,6 | +9,8 |
| ITBI | 149 | 2,6 | 159 | 2,5 | 189 | 2,7 | 213 | 2,8 | +7,0 | +18,9 | +12,7 |
| ITCD | 26 | 0,4 | 28 | 0,4 | 32 | 0,5 | 36 | 0,5 | +9,7 | +14,3 | +12,5 |
| IPVA | 448 | 7,7 | 552 | 8,8 | 659 | 9,5 | 785 | 10,2 | +23,2 | +19,4 | +19,1 |
| Taxas | 115 | 2,0 | 95 | 1,5 | 106 | 1,5 | 119 | 1,6 | -17,3 | +11,6 | +12,3 |
| TLP | 74 | 1,3 | 78 | 1,2 | 88 | 1,3 | 100 | 1,3 | +5,2 | +12,8 | +13,6 |
| Outras Taxas | 41 | 0,7 | 17 | 0,3 | 18 | 0,3 | 19 | 0,2 | -58,3 | +5,9 | +5,6 |
| II. Outras Receitas de Origem Tributária | 207 | 100,0 | 218 | 100,0 | 228 | 100,0 | 238 | 100,0 | +5,3 | +4,6 | +4,4 |
| Dívida Ativa | 167 | 80,6 | 176 | 80,7 | 184 | 80,7 | 192 | 80,7 | +5,4 | +4,5 | +4,3 |
| Multas e Juros | 40 | 19,4 | 42 | 19,3 | 44 | 19,3 | 46 | 19,3 | +4,8 | +4,8 | +4,5 |
| III. IRRF | 1.294 | 100,0 | 1.394 | 100,0 | 1.529 | 100,0 | 1.675 | 100,0 | +7,7 | +9,7 | +9,5 |
| TOTAL GERAL (I+II+III) | 7.309 | | 7.898 | | 8.685 | | 9.588 | | +8,1 | +10,0 | +10,4 |

Elaboração: Núcleo de Análise e Projeção Econômico-Tributária/COPET/SUREC/SEF-DF.

As projeções acima foram elaboradas em consonância com a Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2579/2008, a qual determina que a receita estimada seja apurada conforme metodologia a seguir:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada

Para as estimativas da receita bruta, inadimplência, pagamentos de débitos vencidos de exercícios anteriores e renúncia, foram consideradas séries históricas e o cenário abaixo:

| Parâmetro | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Crescimento real do PIB nacional (% a.a.) | 0,04 | 3,32 | 4,15 |
| IGP-DI médio (% a.a.) | 3,21 | 4,55 | 4,47 |
| INPC médio (% a.a.) | 4,47 | 4,53 | 4,41 |

Nota: previsões com base nas expectativas de mercado BACEN, em 20/03/2009.

No âmbito da administração tributária, estão previstas as seguintes ações de combate a evasão e sonegação fiscal para 2009:

- Monitorar os contribuintes substitutos tributários do ICMS e do ISS.
- Auditar o recolhimento dos impostos oriundos das operações de venda de produtos e da prestação de serviços a órgãos públicos.
- Verificar o cumprimento das obrigações tributárias por estabelecimentos de ensino e cartórios.
- Verificar a regularidade tributária das operações envolvendo combustíveis, energia elétrica e comunicação no Distrito Federal.
- Auditar o recolhimento do ISS por contribuintes dos segmentos hotelaria, promoção de eventos e guarda/estacionamento de veículos, selecionados com base na análise de agrupamento e índices de dispersão.
- Auditar o recolhimento do ICMS por contribuintes que utilizam equipamento emissor de cupom fiscal, em especial dos segmentos supermercados, lojas de departamento e material de construção.
- Identificar e coibir o uso de equipamentos emissores de cupom fiscal não autorizados pela Secretaria de Estado de Fazenda.

- Verificar o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes enquadrados no regime Simples Nacional.
- Monitorar e controlar a entrega e recepção do livro eletrônico dos contribuintes, visando à cobrança de valores declarados e não recolhidos, bem como de multas por omissão.
- Implantar o sistema de cadastro sincronizado no Distrito Federal.
- Realizar a cobrança administrativa de débitos tributários, inclusive os valores em Dívida Ativa não ajuizados.
- Atualizar o cadastro imobiliário no que se refere à área construída e natureza de ocupação dos imóveis não coletivos.
- Implementar sistema eletrônico de transmissão da propriedade de imóveis interligando o cadastro imobiliário da Secretaria de Estado de Fazenda com os cartórios.
- Priorizar a distribuição, análise e julgamento dos processos do contencioso administrativo fiscal acima de R\$ 50 mil, bem como aqueles mais antigos, com o propósito de evitar a prescrição da ação penal.
- Realizar vistorias em imóveis, bem como auditorias em entidades de educação, de assistência social e outras com o propósito de atestar o atendimento aos requisitos para a fruição de benefícios tributários.

Para as despesas com pessoal, a LOA/2009 aborda projeções de melhorias salariais para servidores, empregados e de cargos em comissão a um custo estimado de R\$ 287 milhões e previsões de concursos públicos para os Poderes Executivo e Legislativo no total de R\$ 459 milhões, bem como reajuste salarial médio de 5,5% para a administração direta, autárquica e fundacional; e reposição do INPC para os empregados das empresas públicas na respectiva data-base da categoria.

Na análise da projeção dos gastos estimados para o triênio, pode-se destacar o compromisso do Governo do Distrito Federal quanto ao atendimento de todas as despesas obrigatórias combinado com um estrito controle sobre aqueles relacionados ao custeio da máquina pública.

CONCLUSÃO

Este relatório de execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal visa cumprir o Contrato n.º 003/99 de 29/07/99 firmado entre a União e o Governo do Distrito Federal de acordo com a Lei nº 9.496/97 e Resolução do Senado Federal nº 68/99 de renegociação de dívidas estaduais.

O relatório conclui que o Governo do Distrito Federal em 2008 desempenhou, com folga, as metas da Relação Dívida/RLR, Resultado Primário, Gasto de Pessoal/RCL, Reforma do Estado e a da Relação Investimento/RLR.

A análise do resultado fiscal do Distrito Federal, relativo ao exercício em questão, demonstra o cumprimento das metas do Programa e dos princípios da boa gestão fiscal previstos na legislação pertinente e o compromisso do Governo com a gestão fiscal responsável.

Em decorrência do que foi relatado neste documento e no aguardo da visita da Missão técnica da Secretaria do Tesouro Nacional ao Distrito Federal, no período de 16 e 17 de abril de 2009, o Governo do Distrito Federal propõe uma revisão do Programa de Ajuste Fiscal atual, com base em novas metas para o triênio 2009-2011.

IDENTIFICAÇÃO

Brasília, de abril de 2009.

Secretário de Estado de Fazenda :

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

Assinatura: _____

Responsável pela elaboração e consolidação dos dados e informações:

Chefe do Núcleo de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal da Gerência da Dívida Pública e Ajuste Fiscal/Diretoria Geral de Dívidas, Avais e Haveres da Subsecretaria do Tesouro:

CLÁUDIA AZEVEDO CÔRTEZ

Assinatura: _____

Telefone de contato : 3312-5828